

Marcelo Máximo Purificação
Filomena Teixeira
Guilherme Sousa Borges
(Organizadores)

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
4

Marcelo Máximo Purificação
Filomena Teixeira
Guilherme Sousa Borges
(Organizadores)

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
4

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Filomena Teixeira, Guilherme Sousa Borges. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-148-0 DOI 10.22533/at.ed.480202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Teixeira, Filomena. III. Borges, Guilherme Sousa.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Mauricio Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores,

Apresentamos a vocês o volume 4 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”, no intuito de promover uma reflexão sobre a integração educacional no contexto social, considerando a educação como uma das molas propulsoras que movem o homem e a própria sociedade. Uma obra organizada em 16 capítulos que perpassam pelos mais variados temas e perspectivas. Entre eles podemos citar: Estilos de aprendizagem: um olhar para a sua importância no processo de ensino; Elaboração, desenvolvimento e validação do produto didático “física de partículas na escola: um jogo educacional”; Educação e neoliberalismo: reflexões a partir da teoria da síndrome comportamentalista de Alberto Guerreiro Ramos; Educação de surdos numa perspectiva inclusiva: uma análise a partir das políticas públicas; Educação ambiental na infância: relatos docentes; Destilaria: uma proposta de jogo inovador para o ensino de tópicos iniciais de química orgânica; Desigualdades educacionais e políticas de ações afirmativas na gestão universitária; Desenvolvimento pedagógico de crianças negras que aguardam adoção; Deficiência visual em idosos: o papel da convivência social; Cultura e pertencimento na banda escolar: um estudo de caso; Conversando sobre o mosquito da dengue com os alunos do quarto ano da escola municipal professora Armida Frare Gracia, Ponta Grossa, PR; Contribuições da autoavaliação institucional nos processos autoavaliativos de cursos: relato de experiência na Universidade Federal do Pampa; Comunidade política: o esperar na perpetuação de todo tipo de vida; Avaliação da relação entre o nível de estresse e o desempenho acadêmico nas provas práticas; Avaliação da qualidade dos serviços educacionais em uma instituição pública de ensino superior; Avaliação da disciplina de lógica programável em sua primeira oferta no curso de engenharia da computação nas modalidades EAD e presencial. Toda essa diversidade de temas, denota a amplitude e abrangência dos processos de organização e integração da educação, confirmando, que são muitos os desafios nesse campo de investigação.

Desejamos a todos vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Dr. Marcelo Máximo Purificação

Dra. Filomena Teixeira

Me. Guilherme Sousa Borges

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTILOS DE APRENDIZAGEM: UM OLHAR PARA A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO	
Regiane Dias Coitim	
Emily Ayumi Moriguchi	
Stacy Pedro Bach	
Dulce Maria Strieder	
DOI 10.22533/at.ed.4802029061	
CAPÍTULO 2	9
ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO DIDÁTICO “FÍSICA DE PARTÍCULAS NA ESCOLA: UM JOGO EDUCACIONAL”	
Ricardo Luís de Ré	
Nelson Canzian da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4802029062	
CAPÍTULO 3	20
EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA DA SÍNDROME COMPORTAMENTALISTA DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
Celso Eduardo Pereira Ramos	
Manoel Adir Kischener	
DOI 10.22533/at.ed.4802029063	
CAPÍTULO 4	32
EDUCAÇÃO DE SURDOS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Simone Andressa Nunes Lima	
Débora Quetti Marques de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4802029064	
CAPÍTULO 5	47
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA: RELATOS DOCENTES	
Deise Bastos de Araújo	
Derivan Bastos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4802029065	
CAPÍTULO 6	52
DESTILARIA: UMA PROPOSTA DE JOGO INOVADOR PARA O ENSINO DE TÓPICOS INICIAIS DE QUÍMICA ORGÂNICA	
Maximiliano de Freitas Martins	
Thiago Muza Aversa	
DOI 10.22533/at.ed.4802029066	
CAPÍTULO 7	63
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA	
Soraia Selva da Luz	
Patrick Cunha	
Raquel Pinheiro	

Artur Rocha Silva
Cláudio José Amante
DOI 10.22533/at.ed.4802029067

CAPÍTULO 8 75

DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DE CRIANÇAS NEGRAS QUE AGUARDAM ADOÇÃO

Juciany Ojeda Rojas Ferreira
Sandra Cristina de Souza

DOI 10.22533/at.ed.4802029068

CAPÍTULO 9 86

DEFICIÊNCIA VISUAL EM IDOSOS: O PAPEL DA CONVIVÊNCIA SOCIAL

Carlos Eduardo Teodoro Vieira
Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

DOI 10.22533/at.ed.4802029069

CAPÍTULO 10 96

CULTURA E PERTENCIMENTO NA BANDA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

Francisval Candido da Costa
Taís Helena Palhares

DOI 10.22533/at.ed.48020290610

CAPÍTULO 11 107

CONVERSANDO SOBRE O MOSQUITO DA DENGUE COM OS ALUNOS DO QUARTO ANO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ARMIDA FRARE GRACIA, PONTA GROSSA, PR

Cristina Lúcia Sant'Ana Costa Ayub
Raissa de Quadros
Sílvia Andreia Parizattie

DOI 10.22533/at.ed.48020290611

CAPÍTULO 12 115

CONTRIBUIÇÕES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS AUTOAVALIATIVOS DE CURSOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

João Timóteo de Los Santos
Lisiane Inchauspe de Oliveira
Ana Cristina Rodrigues
Maria Eliza Rosa Gama

DOI 10.22533/at.ed.48020290612

CAPÍTULO 13 129

COMUNIDADE POLÍTICA: O ESPERANÇAR NA PERPETUAÇÃO DE TODO TIPO DE VIDA

Silvana Maria Jacinto
Maria Waldenez de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.48020290613

CAPÍTULO 14 138

AValiação DA RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESTRESSE E O DESEMPENHO ACADÊMICO NAS PROVAS PRÁTICAS

Amanda de Andrade Cavalcante
Ana Natália Vasconcelos Arcanjo
Maria Clara Holanda Lima
Danielle Pessoa Lima
Francisco Wandemberg Rodrigues dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.48020290614

CAPÍTULO 15 143

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR

Paulo Henrique dos Santos
Luiz Rodrigo Cunha Moura
Fernanda Carla Wasner Vasconcelos
Nina Rosa da Silveira Cunha

DOI 10.22533/at.ed.48020290615

CAPÍTULO 16 160

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÓGICA PROGRAMÁVEL EM SUA PRIMEIRA OFERTA NO CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO NAS MODALIDADES EAD E PRESENCIAL

Ederson Cichaczewski
Fernanda Fonseca
Cristiane Aparecida Gonçalves Huve

DOI 10.22533/at.ed.48020290616

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 171

ÍNDICE REMISSIVO 173

EDUCAÇÃO DE SURDOS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Data de aceite: 01/06/2020

Simone Andressa Nunes Lima

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Pernambuco – Campus Garanhuns. E-mail: simonelimaupe@gmail.com

Débora Quetti Marques de Souza

Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. E-mail: debora.souza@upe.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo de estudo a educação de surdos, numa perspectiva inclusiva, refletindo sobre os direitos e conquistas dos surdos, já alcançadas. Estamos em constante processo de mudanças, sempre buscando novas conquistas e novos aprendizados e, na educação inclusiva, não é diferente. A comunidade surda vem lutando por mais direitos, e tem alcançado conquistas significativas, porém podemos perceber que ainda estamos no início da caminhada para uma inclusão plena. Por isso, buscamos destacar ao longo do trabalho a história da educação inclusiva no Brasil e a história dos surdos, tendo como referenciais teóricos: Ciccone, Machado, Gesser, Mantoan, Santos, Ribeiro, Sassaki, Mazzota, Rodrigues, Santos, López, Gil e Ropóli, além de destacar na parte de legislação,

algumas leis que assegurem à comunidade surda maior autonomia no que diz respeito à educação, incluindo efetivamente o referido público em escolas regulares, por exemplo. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica exploratória, onde analisamos não só documentos legais, como também outras literaturas referentes ao tema. Ao final de nossa pesquisa, é possível afirmar que as políticas públicas direcionadas aos surdos no âmbito educacional são imprescindíveis para que ocorra a inclusão deste público nas escolas de ensino regular e, para que estes sejam reconhecidos, de fato, como sujeitos de direito.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Surdos. Inclusão. Políticas-Públicas.

ABSTRACT: The present work aims to study the education of the deaf, in an inclusive perspective, reflecting on the rights and achievements of the deaf, already achieved. We are in a constant process of change, always looking for new achievements and new learnings and, in inclusive education, it is no different. The deaf community has been fighting for more rights, and has achieved significant achievements, but we can see that we are still at the beginning of the journey towards full inclusion. Therefore, we seek to highlight throughout the work the history

of inclusive education in Brazil and the history of the deaf, having as theoretical references: Ciccone, Machado, Gesser, Mantoan, Santos, Ribeiro, Sassaki, Mazzota, Rodrigues, Santos, López, Gil and Ropóli, in addition to highlighting the legislation, some laws that ensure the deaf community greater autonomy with regard to education, effectively including the said public in regular schools, for example. The methodology used for the construction of this work was the exploratory bibliographic research, where we analyzed not only legal documents, but also other literature referring to the theme. At the end of our research, it is possible to affirm that public policies directed at the deaf in the educational sphere are essential for the inclusion of this public in regular schools and for them to be recognized, in fact, as subjects of law.

KEYWORDS: Deaf Education. Inclusion. Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

A educação na perspectiva inclusiva, é um tema que vem sendo discutido e analisado nas mais diversas áreas que envolvem os processos educativos. Compreender a sua importância no cenário atual é urgente para a construção de sociedades mais justas e igualitárias quanto aos direitos e deveres que se fixam nas questões de cidadania. Sendo assim, os temas que envolvem a inclusão não devem ser apenas de interesse de alguns como Poder Público e uma parcela da população (como familiares, amigos), mas da sociedade como um todo.

Este artigo, tem como objeto de estudo a educação de surdos, numa perspectiva inclusiva. Neste, é possível identificar os avanços legais, como a Lei 10.436 de 2002 que oficializa a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e institui a presença de um intérprete nos espaços educativos e, o Decreto 5.626 de 2005 que versa sobre o ensino de Libras para todos os cursos de formação de professores. Para além destes avanços, o estudo em foco disserta sobre os desafios vividos quando o assunto é a educação de surdos nas escolas. A legislação garante muitos direitos a todo aquele que apresenta alguma deficiência. Os surdos, ao longo de sua história, têm conquistado muito direitos, apesar de ainda encontrarmos resquícios de preconceito e discriminação nos mais diversos espaços sociais. Para que exista uma prática inclusiva em todo o país e não apenas em lugares isolados, é necessário não somente compreender a Libras como primeira língua dos surdos, mas também que as políticas públicas voltadas a este público sejam colocadas em prática e que sejam difundidas para toda a sociedade.

A discussão sobre métodos de ensino para surdos e capacitação adequada de profissionais para trabalharem com este público também têm aumentado atualmente, porém, ainda faz-se necessário que ganhe cada vez mais força, abrindo espaço para alguns pontos a serem discutidos. Nesse sentido, elencamos algumas questões que delimitam nosso problema de pesquisa: até que ponto a legislação vem sendo concebida

como avanço significativo no que concerne à educação de surdos na escola regular? As políticas públicas têm contribuído de fato para a inclusão plena dos surdos? Com a perspectiva de contribuir com estudos na área de educação inclusiva, apresentamos como objetivo geral analisar as políticas públicas voltadas à educação de surdos apontando avanços já alcançados, e como objetivos específicos, valorizar a Libras enquanto língua, contribuir para educação inclusiva e destacar a importância das políticas públicas para a comunidade surda.

Com a problemática e objetivos definidos, este trabalho se insere numa pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico, apresentando uma fundamentação teórica que aborda análises conceituais sobre a educação inclusiva, e estudos pautados na importância das políticas públicas voltadas para a educação de surdos e nas respectivas leis: Lei Nº8.069/90- ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Nº 9.394/96 -LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei 1971 (Dia dos Surdos), Lei Nº 10.436 da Língua Brasileira de Sinais (2002), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), Decreto Nº 5.626 da Lei de Libras de 2005 .

Para além dos preceitos legais, apresentamos estudos sobre a educação de surdos na perspectiva inclusiva e sua importância para o processo de ensino e aprendizagem. Posterior à fundamentação teórica, apresentamos a metodologia do trabalho, seguida da análise dos dados obtidos e das considerações finais. Diante dos estudos e análises realizados, esperamos contribuir, de forma significativa, para a ampliação das discussões nos espaços escolares, não escolares e acadêmicos, sobre a educação dos surdos.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Educação Inclusiva no Brasil e história dos surdos

Em 12 de setembro de 1854 foi criado, por necessidade de ter um lugar específico para lidar com os deficientes no Brasil, por iniciativa de D. Pedro II (1825-1891) o Imperial Instituto dos meninos cegos, que tinha como referência o Instituto de Meninos cegos de Paris, que por sua vez era considerado avançado para o seu tempo. O primeiro registro histórico sobre a língua de sinais no país é datado por volta do ano de 1855, quando o professor Ernest Huet, a convite do Imperador Dom Pedro II, veio para o Brasil, o mesmo era surdo e trazia consigo o alfabeto manual e alguns sinais. Em 26 de Setembro de 1857 por meio da Lei nº 939 de autoria de D. Pedro II, foi fundado com a vinda do professor Ernest Huet, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos; a primeira escola para surdos no Brasil, que hoje chama-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esses dois institutos constituíam-se de espaços de moradia e trabalho para surdos e cegos, onde os mesmos eram excluídos dos ambientes familiares por longos períodos. Mazzotta (2001) dispõe que, do período de 1854 a 1956, foram iniciativas

oficiais e particulares isoladas, a criação do Instituto dos Meninos Cegos, O Instituto Nacional dos Surdos, depois em 1874 o Hospital Estadual de Salvador na Bahia para atender pessoas com deficiências mentais, até 1950 havia 40 estabelecimentos mantidos pelo poder público. Em 1880 aconteceu em Milão, na Itália, o Congresso Internacional de Educadores Surdos, onde participaram 54 renomados estudiosos, sendo apenas um surdo e onde foi definido por meio de votação que o melhor método para a educação de surdos seria o oralismo. Posterior a esse período, grandes avanços foram alcançados com a aprovação de leis e decretos que visavam a inclusão da pessoa com deficiência na escola:

Já na década de 1990 foi marcada pelo movimento da educação inclusiva no Brasil, o que se ressaltava por meio da formulação das políticas de educação especial, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), da Declaração de Salamanca (1994), da LDB nº 9.394/96, e, logo em seguida, das Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (2001), Lei de LIBRAS nº 10.436 (2002), Decreto nº 5.626 (2005), Diretrizes Operacionais da educação Especial para o AEE na Educação Básica (2008), Decreto nº 7.611 (2011), e a partir destas políticas aparecem especializações e cursos de formação continuada para os profissionais da educação que atuam com alunos deficientes (SANTOS, 2014, p. 63).

E dessa maneira, a partir da década de 90 surgiu a educação inclusiva no Brasil, tendo sido resultado exatamente da luta dos próprios deficientes, que passaram a lutar desde então por medidas que garantissem uma qualidade de vida melhor e com dignidade. Já no que diz respeito a história dos surdos, o oralismo é algo que não pode deixar de ser mencionado.

O oralismo é um método que foi defendido principalmente por Alexander Graham Bell (1874-1922), conhecido mundialmente por inventar o telefone, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral. A surdez era considerada uma anormalidade, o que fazia com que os surdos fossem excluídos da política, da escola e de outros direitos como receber herança, por exemplo. A discriminação era tão forte na época que, o telefone foi criado enquanto Alexander Graham Bell tentava criar um aparelho auditivo. Sendo filho de uma surda e casado com uma surda, ele acreditava que os surdos deveriam conviver com ouvintes para evitar que um surdo se casasse com outro.

A oralização passou a ser imposta a fim de que eles fossem aceitos socialmente, já que eram rejeitados pela própria família, sendo cuidados por mulheres conhecidas como 'amas de leite'. A maioria dos surdos vivia de forma clandestina, pois não conseguiam progredir profissionalmente, devido à falta de formação educacional, eles nem se quer eram considerados humanos, pois naquela época partindo do pressuposto de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, os surdos eram considerados "fora do padrão", pois não se encaixavam nessa realidade, eram praticamente considerados como 'aberrações'.

O primeiro alfabeto móvel foi criado pelo monge espanhol Pedro Ponce de León-

primeiro professor dos surdos- e dois surdos. Já o primeiro médico a se preocupar com a saúde dos surdos foi Gerolamo Cardano, viveu no século XVI e defendia que a surdez não era obstáculo para os surdos não receberem instruções educacionais. Entretanto estudiosos como Jacob Rodrigues Pereira e Johann Konrad Amman, defendiam o oralismo, sendo completamente contra o uso da língua de sinais. Outra figura muito importante na história dos surdos foi Charles L'Épée, que apoiou fortemente os surdos e ficou conhecido então como o 'pai dos surdos'. Uma das figuras que mais se destaca na história dos surdos é Charles Michel de L'Épée (1712-1789), pois contribuiu de maneira decisiva para a educação dos surdos, através da língua de sinais, (LÓPEZ 2017).

Após a morte de L'Épée, a escola teve vários gestores, o que mais chama a atenção na história, Jean- Marc Itard, um médico-cirurgião francês, acreditava que para o surdo ter acesso ao conhecimento, era necessária a erradicação da surdez e relatos de sua gestão mostram inclusive que Itard cometia atrocidades com seus alunos, a fim de descobrir a causa da surdez, acarretando no falecimento de um aluno após suas intervenções. Após cem anos de proibição do uso de sinais e o fracasso dos surdos por não conseguirem oralizar, chegou ao fim o uso do oralismo e surgiu a Comunicação Total definida por Ciccone (1990) como uma filosofia de trabalho voltada para o atendimento e a educação de pessoas surdas. A comunicação total possui suas características que são:

A Comunicação Total inclui qualquer estratégia que permita a efetivação de uma comunicação, seja pela oralidade, seja pela datilologia, seja pelo uso dos sinais, seja pela junção de todos esses elementos ou possíveis outros que aparecerem e contribuam para o estabelecimento de um contato entre as pessoas. (CROCIARI, 2017, p.1)

Acontecia o uso de sinais por parte dos alunos, porém, obedecendo à estrutura da Língua Portuguesa, denominado de 'português sinalizado'. Ao contrário do oralismo, a Comunicação Total trouxe benefícios, conseqüentemente melhorando a comunicação dos surdos, entretanto as dificuldades, principalmente as escolares, continuaram, já que o principal ponto negativo desta filosofia educacional era tratar o surdo como indivíduo que deveria aprender a língua portuguesa sinalizada. A partir de então havia nos ambientes escolares um misto de sinais e oralismo, direcionando cada vez mais para o fortalecimento da língua de sinais e conseqüentemente para a educação bilíngüe. Fala-se bilinguismo porque o surdo domina a língua de sinais e também a escrita alfabética da língua portuguesa, sendo, portanto, bilíngüe.

É importante ressaltar que a educação bilíngüe deve ser desenvolvida desde a educação infantil com crianças surdas, sendo a Libras a primeira língua L1 (também chamada de língua materna) e a língua portuguesa sendo a segunda, L2 (na modalidade escrita). Para que possa acontecer a educação bilíngüe, se faz necessário a presença de um instrutor para ensinar a Libras, tendo em vista que nem todo tem conhecimento sobre a mesma ao ingressar na escola. Portanto, todas essas possibilidades de avanço, quanto a inserção da pessoa surda nos espaços regulares de ensino, só foram possíveis graças

às lutas dos movimentos sociais envolvidos na causa, além da elaboração e implantação de leis que promovem a inclusão, conforme análises a seguir.

2.2 Legislação

A Libras ainda é considerada linguagem por muitas pessoas, o que torna importante esclarecer a diferença entre língua e linguagem e por isso existe na Legislação os termos adequados, de acordo com a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a língua brasileira de sinais- Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo Único. Entende-se como língua brasileira de sinais- Libras, a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual- motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Parágrafo Único. A língua brasileira de sinais- Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (BRASIL, 2002, p.1)

Já o estudioso Lyons (1987, p.14), define linguagem como: “Um sistema de comunicação natural ou artificial, humano ou não. Nesse sentido, linguagem é qualquer forma utilizada com algum tipo de intenção comunicativa incluindo a própria língua”.

Contudo, mesmo a Libras sendo reconhecida como língua, ela não substitui a língua portuguesa e, portanto, a Libras passa a ser primeira língua - L1 (língua materna) e a língua portuguesa a segunda língua- L2, na modalidade escrita. A Libras é uma língua, pois possui estruturas gramaticais próprias e é atribuído o *status* de língua porque elas são compostas por níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico, tendo a modalidade visual-espacial como diferencial. Os sinais são formados a partir da combinação da forma e do movimento das mãos e do ponto no corpo ou no espaço onde esses sinais são realizados: “Ao descrever os níveis fonológicos e morfológicos da língua americana de sinais Stokoe nomeou-os: configuração de mão (cm); ponto de articulação (pa) ou locação (l), delimitado no desenho por um círculo; e movimento (m), cuja direção é indicada por uma seta” (GESSER, 1971. p. 14).

Ainda existe uma confusão entre os termos surdo e deficiente auditivo, que muitos julgam ser a mesma coisa, porém existe diferença entre os dois conceitos, de acordo com o Decreto Nº 5626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamentou a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a libras. De acordo com o capítulo 1, Art. 2º:

Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da língua brasileira de sinais- Libras”.

Único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005, p.1).

Ou seja, de acordo com o decreto existem dois termos utilizados: surdo e deficiente auditivo, que ainda confundem muitas pessoas. Mas é simples de entender: Surdo(a) é aquele(a) que já nasceu sem audição ou a perdeu totalmente ao longo da vida e que, portanto se comunica e interage principalmente por meio da língua de sinais; E deficiente auditivo é todo aquele que possui uma perda auditiva que pode ser bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB). No capítulo VI Art. 22º, afirma que:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, por meio de organização de:

I- Escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (BRASIL, 2005 E p. 5).

Podemos compreender a partir desse artigo que deve ser garantida a inclusão de alunos surdos e com deficiência auditiva, ou seja, na mesma classe onde há alunos ouvintes, tendo a presença de professor bilíngue, é onde podemos perceber que ao contrário que muitos acreditam a responsabilidade não é apenas do intérprete, o professor tem importância na educação do surdo, uma vez que é de fundamental importância que o mesmo saiba Libras para interagir com seus alunos e possa trabalhar em parceria com o intérprete. Pois o simples fato de a instituição matricular este aluno não é inclusão, pois a matrícula já é direito do aluno, sendo a inclusão mais um direito. A escola/classe bilíngue é aquela onde tanto a libras quanto a língua portuguesa são utilizadas no processo de ensino e aprendizagem.

2.3 Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca foi resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de Junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca e trata de princípios, políticas e práticas na área de necessidades educacionais especiais, tendo sido um dos principais marcos na história de luta de pessoas surdas, pois foi por meio deste documento que os representantes do Brasil, ao assinarem-na, se comprometeram com a situação das crianças deficientes e marginalizadas que não tinham acesso às escolas. O principal fator defendido pela Declaração de Salamanca p. 7-9, é a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de educação:

“ 14. Legislação deveria reconhecer o princípio de igualdade de oportunidade para crianças, jovens e adultos com deficiências na educação primária, secundária e terciária, sempre que possível em ambientes integrados.

15. Medidas Legislativas paralelas e complementares deveriam ser adotadas nos campos da saúde, bem-estar social, treinamento vocacional e trabalho no sentido de promover apoio e gerar total eficácia à legislação educacional.

19. Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações

individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdo-cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares.

29. Para que o progresso da criança seja acompanhado, formas de avaliação deveriam ser revistas. "Avaliação formativa deveria ser incorporada no processo educacional regular no sentido de manter alunos e professores informados do controle da aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar os alunos a superá-las". (BRASIL, 1994, pp. 7-9)

Assim sendo, traz a questão de que deve ser ofertada em todos os níveis e modalidades de ensino a educação para crianças, jovens e adultos com algum tipo de deficiência, seja ela qual for, pois, de acordo com a Declaração, a escola deve se adaptar a criança com deficiência e às suas necessidades e não o contrário, além disso, deve considerar as pessoas surdas como sujeitos histórico e cultural, e seu currículo deve contemplar suas especificações. Além de defender que devem existir medidas legislativas a fim de promover a eficácia da legislação educacional, garantindo assim que sejam de fato colocados em prática os direitos da pessoa com deficiência, defendendo ainda que, os alunos surdos devem ser matriculados em classes regulares.

Ainda sobre a Declaração, ela traz também a questão da avaliação, que deve ser utilizada para identificar dificuldades e ajudar os alunos a superá-las, escolhendo o melhor método para isso, sempre priorizando o aluno e respeitando suas especificidades. A avaliação deve ser utilizada como mecanismo de ajuda no processo de ensino e aprendizagem, e não como mero meio classificatório. Além disso, outro ponto muito importante é o currículo escolar, no sentido de que não só o currículo, mas toda a escola deve se adaptar a pessoa com deficiência, preparando sua equipe, estrutura física e projeto político pedagógico, além de toda a comunidade escolar; até pouco tempo tinha-se a ideia de que o aluno que tem que se adaptar à escola, mas é justamente o contrário.

2.4 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado- AEE, é um serviço muito essencial em uma escola inclusiva, devendo ser um complemento à educação dos alunos com deficiência, oferecendo recursos pedagógicos que o auxiliem no processo de ensino aprendizagem,, fazendo parte da proposta pedagógica da escola e sendo composta por uma equipe como professor, tradutor de libras, dentre outros:

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos

estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011, p. 1).

Os alunos têm o direito ao atendimento educacional especializado AEE em turno diferenciado, onde os mesmos devem ter atividades que respeitem suas especificidades e proporcionem seu aprendizado, não se tratando de aulas de reforço, mas de mecanismos que possibilite maior participação dos alunos. O AEE tem como funções, de acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial (BRASIL, 2001) para o atendimento educacional especializado na Educação Básica: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, sendo complementar a educação dos alunos deficientes. Devendo ser inserido não por obrigatoriedade, mas para de fato atender as necessidades da pessoa com deficiência. Para tanto, se faz necessário que a proposta pedagógica da escola, esteja articulada com as demais políticas públicas e a comunidade escolar. Em muitas escolas, é comum ver que faltam laboratórios de informática, biblioteca, e com o AEE não tem sido muito diferente, quando é essencial que faça parte da escola, pois não se trata de apenas colocar a pessoa com deficiência na escola regular, mas oferecer meios de aprendizagem para as mesmas. O AEE não existe apenas por existir, tem uma finalidade de auxiliar e possui objetivos:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. Art. 4º O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9º-A do Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008b, p.10).

Um dos principais obstáculos para inclusão dos alunos surdos no sistema educacional, ao nosso ver, perpassa pela não efetivação das políticas públicas nas escolas públicas, tendo em vista o fato que essa modalidade ainda é desconhecida por muitos e uma das funções das políticas públicas é justamente não apenas inseri-la, mas trabalhá-la nas escolas, oferecendo não só os recursos necessários, que por sua vez também ajudam a eliminar as barreiras no processo de ensino e aprendizagem, como também formação continuada para os professores. É válido lembrar que, para o aluno

surdo estudar junto a alunos ouvintes, é importante para o processo de inclusão e também de difusão da Libras, pois, os alunos ouvintes passam a ter contato com a Libras e vão aprendendo a se comunicar corretamente com os colegas surdos e extinguindo qualquer preconceito.

2.5 Formação do professor, Tradutor e Intérprete

Ainda de acordo com a Lei 13.146/15, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Artigo 28, é garantido a:

XI- formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII- oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação. (BRASIL, 20015 p. 7)

Contudo, o que se vê no cenário educacional brasileiro é que faltam intérpretes e tradutores de Libras, talvez pelo fato de a oferta de cursos nessa área serem escassos e caros. Por essa mesma razão, os professores que estão em suas respectivas salas de aula regulares, com um aluno surdo, buscam como podem métodos para que possa ajudar como puder seu aluno em sua aprendizagem. Entretanto, existem os professores que não buscam métodos que os auxiliem, às vezes por medo de lidar com algo novo, pelo preconceito ou até mesmo por não saberem por onde começar.

Já nos casos onde o tradutor e intérprete estão presentes em sala de aula, é fundamental a parceria entre o professor regente e o intérprete e tradutor, ambos devem se unir, um auxiliando o outro para que contribuam de maneira efetiva com o ensino aprendizagem do educando surdo. É importante que o professor conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos para o intérprete, uma vez que o intérprete precisa dominar tanto a Língua Portuguesa quanto a Libras e traduzir o que o professor está a falar dentro do contexto da aula e mediar a comunicação entre professor e aluno; mas a responsabilidade pedagógica cabe professor.

O déficit de profissionais de Libras ainda é muito grande, e isso leva a discutir outra questão: a oferta de cursos de nível superior na área de libras em universidades públicas e na modalidade presencial, que apesar de existir, precisa ser ampliado para todo o país; as políticas públicas garantem o acesso de todos à educação, porém ainda é insuficiente a proposta para formação de professores.

A Lei 12.319, em 1º de setembro de 2010 regulamentou a profissão de tradutor e intérprete da Libras (TILS); assim sendo, precisa de formação adequada. Entretanto, ainda ocorrem muitos casos, de pessoas que possuem o conhecimento básico de Libras e assumem as vagas, de tradutores e intérpretes, pelo simples fato de não dispor de alguém formado na área, o que mostra o quanto é urgente que o poder Público venha a

fortalecer a oferta de cursos na área, especialmente nas universidades públicas. O projeto de Lei 1.690/15, do Deputado Hélio Leite (PA), foi aprovado pela comissão de educação da câmara dos deputados, sendo efetivada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, tornando obrigatória a presença de tradutor e intérprete de Libras nas salas da educação básica e ensino superior. Segundo o texto,

Além das salas de aula, os profissionais de Libras também atuarão nos processos seletivos para cursos e no apoio à acessibilidade aos serviços, às atividades e aos eventos extra escolares realizados pela instituição de ensino. Estes profissionais devem ser contratados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos. (BRASIL, 2005, p.7)

Portanto, para que os direitos assegurados por lei sejam aplicados em sala de aula a presença de intérprete de Libras em sala de aula é um dos recursos essenciais, sendo importante também a parceria entre o professor e o intérprete e o respeito à Libras como primeira língua do surdo em uma turma regular, além do reconhecimento da história e cultura da comunidade surda, que constitui a identidade surda, pois não há como respeitar o indivíduo sem respeitar a sua respectiva língua e sua cultura, resultando dessa maneira, em uma educação inclusiva.

2.6 A educação de surdos na perspectiva inclusiva e sua importância para o processo de ensino e aprendizagem

A inclusão dos alunos surdos em turmas regulares só terá êxito se for além da integração, pois inserir o aluno em uma classe de ouvintes e em uma escola sem o devido suporte pedagógico para atendê-lo, vai apenas discriminá-lo e prejudicá-lo no que diz respeito ao seu aprendizado, de maneira que é importante não apenas que o surdo conviva com outros surdos, mas também possa formar sua identidade e conhecer sua cultura. Sendo assim, faz-se necessário algumas medidas como por exemplo: ampliar o atendimento educacional especializado para além das disciplinas de Português e Matemática. Para que o aluno não tenha o seu processo de aprendizagem prejudicado, ele precisa de suporte em todas as competências e se a escola quer ser inclusiva, deve disponibilizar todos os recursos pedagógicos possíveis. Mas não é apenas isso que é essencial para a inclusão do aluno surdo e para sua aprendizagem, mas também de acordo com Machado (2006, p.65):

A presença do professor surdo na sala de aula para contato com a representação de identidade surda, o que gerará uma atitude positiva para com essa identidade; professor ouvinte com domínio de Língua de sinais e capacitado para o ensino de Português como segunda língua, participante do movimento da comunidade surda, o que vai possibilitar a vivência, ou seja, a experiência cultural presente; contato do surdo com a cultura surda, movimento surdo, expressões culturais surdas, o que facilita a sintonia dos estilos de ensino com o estilo de aprendizagem e motivação dos estudantes

Nesse sentido é importante que a Libras seja inserida na grade curricular da educação básica brasileira, a fim de que os surdos não tenham suas especificidades desrespeitadas

como afirma Rodrigues (2015, p. 118): Os modelos de escolarização impostos aos surdos, na maioria das vezes, os desconsideram em sua especificidade.

Sendo assim, a educação de surdos em escolas regulares é inclusiva se, a escola tiver estrutura para receber estes alunos. Além de profissionais que interajam com a comunidade e que não tenham medo do diferente, de práticas de ensino que respeitem e valorizem a cultura surda, e não se acomodar e nem ‘esquecer’ o aluno surdo, mas buscar sempre corrigir sua prática, a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, apesar do modelo de integração ter sido defendido por um certo tempo, nos últimos anos tem se compreendido que é preciso ir além é preciso incluir ou seja, a inclusão valorizando o surdo enquanto indivíduo é imprescindível para o ensino aprendizagem, de acordo com Magalhães: (2003, p. 41):

Na inclusão, a ideia subjacente é que o aluno não se amolda à escola, ou seja, o problema não estaria centrado na pessoa que tem necessidades específicas, mas nas interações que estabelece com as condições de ensino- aprendizagem que a escola possibilita.

Dessa maneira, integração e inclusão apesar de parecerem a mesma coisa, não é, tendo em vista que a integração tem como base que o aluno com deficiência que deve moldar-se à escola e os padrões impostos pela sociedade em geral, não considerando a singularidade de cada pessoa e suas necessidades educacionais, como afirma Mantoan :

[...] a integração traz consigo a ideia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, conseqüentemente, ser aceita. Já a inclusão traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entrando assim em um processo de constante dinamismo político social [...]

A escola tem papel fundamental no processo de inclusão, tendo aluno como sujeito do processo educativo e não apenas um objeto, devendo ser um espaço de construção do conhecimento.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia utilizada para a construção deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica exploratória: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (Gil 2002, p. 44). Ainda, de acordo com o mesmo autor, “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (Gil, 2002- p.45). A pesquisa foi dividida em duas fases: primeiro pesquisar sobre surdez, além de leis vigentes, decretos e documentos (como a Declaração de Salamanca), verificando o que outras literaturas têm a acrescentar a respeito da inclusão do surdo na escola, com foco nos anos iniciais do ensino fundamental. Em seguida foram analisados os documentos e leis buscando

refletir os avanços já alcançados e o que ainda falta ser colocado em prática, com o intuito de contribuir com as pesquisas nesta área e trazer visibilidade para o tema a fim de que seja mais discutido no âmbito educacional e despertar a comunidade acadêmica surda e ouvinte de que a luta pela inclusão é de toda a sociedade e não apenas tarefa do Estado. Sendo assim, a importância desse estudo se dá devido ser essencial ao fomento às políticas públicas de inclusão de alunos surdos no sistema regular de ensino, para que as escolas passem a receber estes alunos de maneira que os inclua e não apenas integrem em seu meio. E os enxerguem enquanto sujeitos que, por tanto tempo foram excluídos. Além de incentivar novas pesquisas a respeito da educação de surdos.

4 | RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados obtidos na pesquisa alcançaram os objetivos que foram propostos, de refletir sobre a educação inclusiva no Brasil, além de apresentar os avanços já alcançados pela comunidade surda por meio das políticas públicas, valorizando a história da referida comunidade e analisar até que ponto esses direitos assegurados por lei são efetivados em sala de aula regular. Apresenta-se um pouco da história da educação dos surdos, apesar de ser difícil encontrar detalhes e dados específicos, é possível entender as muitas dificuldades que os surdos vêm enfrentando ao longo da história e o quão forte é a luta deles para poderem exercer o direito de se comunicar por meio de sua língua materna e ter sua identidade e cultura respeitadas.

Desde a privação de direitos básicos, como à educação, por exemplo, a ainda serem vistos como ‘doentes’ atualmente, o que pode-se entender a partir disso é que é preciso mudar essa visão que a maioria dos ouvintes ainda tem a respeito dos surdos; é necessário que os ouvintes os enxerguem como indivíduos sociais e culturais que são; uma boa iniciativa seria divulgar o dia do surdo e toda a história que fez com que a comunidade surda escolhesse esse dia para celebrar sua luta e sua cultura, por exemplo, é uma medida que iria trazer visibilidade para os surdos, mas não foco para sua condição física e para penalização, mas para sua história, cultura e identidade. Conhecendo a história é possível compreender a língua de sinais, pois os surdos já passaram pelo oralismo, pela comunicação total, até chegar ao bilinguismo; pode-se compreender a partir daí que não se trata de uma linguagem, mas de uma língua de acordo com a Lei Nº 10.436 que foi regulamentada pelo Decreto Nº 5.626 em 2005.

Pôde-se ainda esclarecer as diferenças entre os termos surdo e deficiente auditivo também contemplado pelo Decreto Nº 5.626 e a grande contribuição da Lei da Pessoa com Deficiência- Lei 13.146/13, que trata sobre a função Poder Público que é criar e acompanhar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, incluindo o ensino fundamental. É imprescindível que o poder público não falhe quanto a sua responsabilidade assegurando que o surdo possa ter aprendizado significativo. A Lei da

Pessoa com Deficiência contribuiu ainda de maneira significativa garantindo o direito à educação bilíngue e formação e disponibilização de profissionais especializados como intérprete, tradutor e professor bilíngue, porém, há diferença entre o falar e o fazer e o cenário educacional brasileiro ainda estão distantes.

Pode-se conhecer um pouco sobre o Atendimento Educacional Especializado-AEE, que é fundamental no desenvolvimento do aluno com qualquer dificuldade de aprendizagem; o atendimento em contraturno faz muita diferença tanto para o professor quanto para o aluno, desde que realizado de maneira adequada contemplando todas as competências e não apenas de maneira artificial e pouco produtiva.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal foi chamar ainda mais a atenção para essa comunidade que precisa de maior visibilidade, principalmente no âmbito educacional, ou seja, focando nas políticas públicas educacionais que ainda deixam brechas para exclusão e discriminação; quando na verdade precisam ser mais específicas quanto às diretrizes e recomendações às escolas regulares no que diz respeito aos seus deveres quanto ao ensino e aprendizagem dos alunos surdos e a difusão da língua brasileira de sinais. As discussões quanto à inclusão no Brasil precisam ser muito mais aprofundadas, buscando novos caminhos para corrigir aqueles que não estão dando certo e valorizar aquelas medidas e práticas que estão dando certo. O importante é nunca parar de buscar avanços, não parar a luta por uma educação inclusiva, justa e democrática, onde todos possam ter acesso ao conhecimento, independentemente de suas diferenças ou limitações. A escola inclusiva precisa valorizar todos os indivíduos e provocá-los a obter novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial-** MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP-** Brasília: a Secretaria, 1994.

Ciccone, M. (1990). **Comunicação Total - Introdução - Estratégia - A Pessoa Surda.** Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica Ltda.

Crociari, Aline. **Comunicação Total: Utilização de Diversos Recursos na Educação dos Surdos.** 2017. Acesso em: 01/07/2019

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Portal Mec. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30/06/2019

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Brasília, 22 de dezembro de 2005; Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 01/07/2019.

[DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 25/04/2002] (p. 23, col. 3) Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=23&data=25/04/2002>> Acesso em: 30/06/2019

ENSAIOS PEDAGÓGICOS- construindo escolas inclusivas: 1. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (Estatuto da Pessoa com Deficiência): promulgada em 6 de julho de 2015 / obra coletiva de autoria do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, PCD Legal. - Vitória: Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, 2016. Disponível em: < http://www.pcdlegal.com.br/lbi/wp-content/themes/pcdlegal/media/downloads/lbi_simples.pdf> Acesso em: 01/07/2019

LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Brasília, 1º de setembro de 2010. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm> Acesso em: 01/07/2019

LÓPEZ, Alberto. Charles Michel de l'Épée, o pai da educação pública para surdos. 2017

MACHADO, Paulo César. **Estudos Surdos I. Integração/Inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo.** Arara Azul. Petrópolis- RJ. 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola, 2009.

SANTOS, Jusiany Pereira da Cunha dos. **Os desafios da formação docente na aprendizagem dos alunos com surdez da rede municipal de Ji-Paraná /RO.2014.** 165f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação- PPGE, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, 2014.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer.** 2.ed., São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Márcio. **26 de Setembro : BRASIL comemora o Dia Nacional do SURDO.** 2017.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.].** - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

RODRIGUES, CH. **A sala de aula de surdos como espaço inclusivo: pensando o outro da educação atual.** In: ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 113-136.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão.** Revista Reação, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012, p. 14-16

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Docente 1
Ação Extensionista 107
Adoção 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 115
Autoavaliação De Cursos 115, 119

C

Convivência 47, 51, 80, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 124, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136

D

Deficiência Visual 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95
Desigualdades Educacionais 63

E

Educação 1, 7, 8, 9, 10, 15, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 78, 85, 96, 105, 107, 109, 111, 114, 116, 117, 118, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 137, 143, 144, 146, 161, 162, 165, 166, 170, 171, 172
Educação Ambiental 47, 48, 49, 50, 51, 111, 137
Educação De Surdos 32, 33, 34, 35, 42, 43, 44, 46
Educação Superior 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 118, 123, 126, 127, 128, 143, 144, 146
Engenharia Da Computação 160, 165
Ensino De Química 54, 61, 62
Estilos De Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Estresse 138, 139, 140, 141, 142

I

Idoso 86, 87, 93, 94, 95
Inclusão 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 58, 68, 80, 92, 120, 143, 145, 154
Infância 47, 48, 49, 51, 77, 81, 90, 106, 171
Instrumento Autoavaliativo 115
Interação Sociocultural 96

K

Kits Didáticos 160

N

Negros/as 10, 67, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 84, 137

Neoliberalismo 20, 21, 28

Neurologia 138, 139, 140, 141, 142

P

Políticas Públicas 32, 33, 34, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 63, 64, 67, 68, 72, 73, 74, 79, 84, 92, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 172

Processos Educativos 33, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 171

Q

Qualidade Dos Serviços 143, 144, 146, 147, 155

R

Recursos Didáticos 40, 107, 108

Relatos 36, 47, 48, 54, 88, 90, 92, 94, 134, 161

Resiliência 86, 87, 88, 90, 93, 94, 95

Ressignificações 96, 103, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0